

IMPACTO ESPERADO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE REAVALIAÇÕES DE PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS, DE REMOTA PARA POSSÍVEL E DE POSSÍVEL PARA PROVÁVEL

EXPECTED IMPACT ON NET EQUITY OF REVALUATIONS FROM PROVISIONS FOR CONTINGENCIES, FROM REMOTE TO POSSIBLE AND FROM POSSIBLE TO PROBABLE

Vanderleia Leal Losekann¹
Universidade Federal de Santa Maria
vanderleia@ufsm.br

Eliete dos Reis Lehnhart
Faculdade Palotina de Santa Maria
elietedosreis@gmail.com

Ricardo Pereira
Faculdade Palotina de Santa Maria
cadorp@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo foi de mensurar e identificar os efeitos da configuração das operações fora do balanço (*off balance*) na situação financeira de 145 empresas brasileiras pertencentes aos níveis de Governança Corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, B3. Tendo em vista responder o seguinte problema: Qual a situação e efeitos das contingências passivas, mediante o Pronunciamento Técnico - CPC 25, para empresas inseridas nos níveis de Governança Corporativa da B3? A partir da reclassificação das contingências e através da criação dos cenários, Otimista, Parcialmente Otimista, Moderado, Parcialmente Moderado, Pessimista analisou-se seus demonstrativos contábeis. Foi utilizado o teste *T* de *student* em cada cenário, reclassificando as Contingências de Possível para Provável e de Remota para Provável. Concluiu-se que houve representatividade das reclassificações e evidenciou-se o prejuízo financeiro apontado para as companhias pelo incremento de passivos contingentes em cada cenário.

Palavras chave: Passivo Contingente. Reclassificação das Contingências. Operações Off-Balance.

ABSTRACT

The objective of this article was to measure and identify the effects of the off balance sheet configuration on the financial situation of 145 Brazilian companies belonging to the B3 Corporate Governance levels. In order to answer the following problem: What is the situation and effects of passive contingencies, through Technical Pronouncements - CPC 25, for companies included in the Corporate Governance levels of B3? From the reclassification of the contingencies and through the creation of the scenarios, Optimistic, Partially Optimistic, Moderate, Partially Moderate, Pessimistic analyzed its financial statements. Student's T test was used in each scenario, reclassifying the Contingencies from Probable to Probable and from Probable. It was concluded that the reclassifications were representative and the financial loss to the companies was evidenced by the increase in contingent liabilities in each scenario.

Keywords: Contingent Liabilities. Reclassification of Contingencies. Off-Balance Operations.

¹ Vanderleia Leal Losekann – Universidade Federal de Santa Maria.
Euclides Londero nº 125, Bairro São José, Santa Maria/RS. CEP: 97095160.

1. INTRODUÇÃO

As Normas Internacionais de Contabilidade, *International Accounting Standard* (IAS), conhecidas como normas *International Financial Reporting Standard* (IFRS) são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting standards Board* (IASB). Estas normas buscam orientar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas abertas, e a partir de 31 de dezembro de 2005, foram adotadas pelos países da União Européia. Atualmente vários países têm projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com a Comissão de Valores Mobiliário (CVM), passaram a publicar as orientações das IFRS em português, as quais foram denominados por Pronunciamento Interpretações e Orientações Técnicas, tendo em vista a busca da equidade de uma linguagem uniforme dos relatórios financeiros.

O marco inicial para a adoção dos padrões internacionais de registro e evidenciações das demonstrações financeiras se deu com a sanção da Lei nº 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009, com isso a normatização brasileira passou a ser preparada para convergência dos padrões internacionais. Nesse sentido, Baptista (2009) argumenta que o poder de julgamento conferido aos profissionais de Contabilidade promoverá um ambiente próprio à prática da manipulação do resultado contábil. Por outro lado, Martinez e Faria (2007) apresentam alguns benefícios do fortalecimento do poder de julgamento dos contadores, e destacam a minimização ou eliminação de situações adversas de resultados pouco expressivos de lucro e de alto nível de endividamento.

Cabe salientar que a busca por mecanismos que mitigam no balanço patrimonial as obrigações em detrimento aos direitos, mecanismo popularmente conhecido como “maquiagem” dos demonstrativos, sempre foram temas recorrentes. Esta situação relaciona a gestão de riscos ocultos aos *stakeholders* e adequação de capital, e remete a historicidade do gerenciamento de informações financeiras, ou seja, a busca por uma apresentação de indicadores financeiros que reflitam uma situação ótima com otimização da capacidade fiscal, o que pode ser um indicativo da adoção do uso de operações fora do balanço (*off balance sheet*). Como exemplo mais expressivo desta situação, cita-se o escândalo da empresa norte-americana *Enron*, ex-líder do setor energético, cujo cerne da gestão se estabelecia essencialmente diante do abuso de práticas de manipulação das informações financeiras, escondendo uma realidade distorcida em seus demonstrativos. No cenário brasileiro, ressalta-se o estudo de Santana (2013)

o qual revela que as empresas brasileiras mais internacionalizadas são mais sofisticadas que as menos internacionalizadas e conseqüentemente se utilizam mais de instrumentos híbridos e *operações off-balance*.

Assim, diante desta contextualização, apresenta-se o problema de pesquisa: **Qual a situação e efeitos das contingências passivas, mediante o Pronunciamento Técnico - CPC 25, para empresas inseridas nos níveis de Governança Corporativa da B3?**

Para responder o problema levantado, traça-se o objetivo geral, qual seja mensurar e identificar os efeitos da configuração das operações fora do balanço (*off balance*) na situação financeira de empresas brasileiras, pertencentes aos níveis de Governança Corporativa da B3. Para alcançar o objetivo geral, descrevem-se os seguintes objetivos específicos: (i) Investigar as operações fora do balanço, com exclusividade nas Contingências Passivas divulgadas pelas empresas da amostra; (ii) Mensurar as diferenças de médias frente a uma reconfiguração dos passivos contingentes para as provisões das empresas da amostra.

O artigo inicia-se a partir desta introdução, a seção 2 apresenta os aspectos teóricos. A seção 3 apresenta o método de estudo. A seção 4 faz análise e discussão dos resultados. A seção 5 apresenta as considerações finais e por fim na última seção apresentam-se as referências utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o embasamento teórico, com conceituação de autores acerca do tema foco do estudo, sendo organizada em 4 subseções que visam atender o escopo da pesquisa.

2.1 Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entidade de referência na difusão das melhores práticas de governança na América Latina, o termo governança surgiu de um movimento iniciado na primeira metade dos anos 90, nos Estados Unidos. E, teve sua concepção a partir da constatação da necessidade, por parte dos acionistas, de novas regras que os protegessem dos abusos da diretoria executiva, da inércia e da inoperância dos conselhos de administração das empresas e da omissão das auditorias externas.

Assim, em dezembro de 2000 a então Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, simultaneamente, o interesse dos investidores e a valorização da empresa lançou os segmentos especiais de

listagem: Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. O Quadro 1 apresenta as características específicas de cada nível de Governança Corporativa.

Quadro 1: Características dos Níveis de Governança Corporativa da B3

	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1
Características das ações emitidas	Somente ações ON	Ações ON e PN	Ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação	No mínimo 25% de <i>free float</i> .		
Distribuições públicas de ações	Esforços de dispersão acionária		
Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011)	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quorum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)		
Demonstrações Financeiras	Traduzidas para o inglês		Conforme legislação
Reunião pública anual e calendário de eventos corporativos	Obrigatório		
Divulgação adicional de informações (a partir de 10/05/2011)	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta		
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de fechamento de capital ou saída do segmento		Conforme legislação
Adesão à Câmara de Arbitragem Mercado	Obrigatório		Facultativo
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN 100% para ações ON e 80% para PN (até 09/05/2011)	80% para ações ON (conforme legislação)

Fonte: Adaptado do site da B3 (2015).

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009) define Governança Corporativa como sendo um sistema onde as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso aos recursos e sua longevidade (IBGC, 2009).

Seus princípios conforme o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009) são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O princípio da transparência refere-se à obrigação de informar e de disponibilizar as partes interessadas informações de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições legais, não se restringindo apenas ao desempenho econômico-financeiro, mas outros fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor. O princípio relativo à equidade caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas, *stakeholders*, onde atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto,

são totalmente inaceitáveis. O princípio da prestação de contas prega que os agentes responsáveis devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões. Por fim, o princípio da responsabilidade corporativa preconiza que os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2009).

Em uma visão geral da importância da Governança Corporativa destacam-se seis fatores importantes, que esclarecem as razões pelas quais a governança corporativa é o foco principal nas discussões sobre alta gestão. Um deles diz respeito ao crescimento e ativismo dos investidores institucionais que são constituídos pelos fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro e fundos de *hedge*, representando coletivamente milhares de indivíduos, e que, em escala, exercem poder suficiente para influenciar as práticas de governança das empresas. Outro fenômeno verificado no EUA que contribuiu para o aumento das discussões sobre governança refere-se aos processos de mudança de controle acionário hostis (*hostile takeover*) ocorridos durante a década de 80. Com o objetivo de se defender, as empresas-alvo passaram a utilizar mecanismos *anti-takeover* e assim fortalecer seus investidores.

Silveira e Barros (2008) relatam que as evidências mostram que empresas com melhor governança atraem de maneira mais contundente os fornecedores de capital em razão de proporcionarem menor risco aos investimentos, aumentando o valor de mercado da empresa, pois um sistema de governança eficiente contribui para o aprimoramento de processos internos.

Em consequência desses avanços operacionais, os benefícios externos são multiplicados, como os relacionados: delimitação entre os papéis dos acionistas, conselheiros e executivos; aprimoramento dos processos decisórios; aperfeiçoamento das formas de avaliação e recompensa dos executivos; diminuição dos riscos de fraudes em função de melhorias dos controles internos, conseqüentemente, maior transparência para as partes interessadas na empresa.

Em contrapartida, conforme Silveira e Barros (2008), embora os benefícios sejam consideráveis, a implantação de um sistema de governança eficiente envolve custos igualmente substanciais, trazendo um impacto maior, quando da implementação de uma política de transparência, para as empresas de menor porte.

Logo, apesar da resistência de muitas empresas em adotar as práticas de governança, em função dos custos e até mesmo da inclinação dos gestores em manter o controle de seu negócio, vários estudos, entre eles o de Procianny e Verdi (2009) atestam que as empresas que aderiram

aos novos mercados da B3 apresentam maior liquidez que as empresas transacionadas no mercado tradicional.

Procianoy e Verdi (2009) confirmaram o que a literatura mais recente descreve sobre a adoção de sistemas de governança: empresas que implementam processos de transparência em sua gestão conferem maior credibilidade ao mercado investidor, apresentando maior transparência também em seus demonstrativos contábeis, ou seja mais adequados e verossímeis a realidade da empresa.

2.2 Operações “No balanço” ou Patrimoniais

Para Padoveze (2004) os atos praticados pelo administrador ou dono da empresa, que afetam o patrimônio empresarial são denominados fatos administrativos ou contábeis. Segundo o mesmo autor fato contábil ou administrativo é definido como qualquer ocorrência que modifique o patrimônio, seja decorrente ou não de negócio realizado pela administração.

Segundo Iudícibus et al., (2010) a expressão “fatos contábeis” é mais abrangente, pois inclui os fatos administrativos e os define como “eventos, de natureza econômica, em sua maioria, que provocam alterações, e que são registrados pela contabilidade em função de uma planificação anterior. Já para Crepaldi (2003, p. 50) “Qualquer alteração nos elementos constitutivos do patrimônio é considerada um fato contábil ou fato administrativo”.

Essa planificação inicial se torna fundamental neste estudo, uma vez que reflete a concepção das operações no balanço patrimonial. Assim, considera-se que fatos e atos administrativos traduzem-se contabilmente em operações em balanço e operações fora de balanço, respectivamente, de acordo com a visão teórica abordada. As operações em balanço correspondem aos bens, direitos e obrigações, e seu registro é feito em contas patrimoniais. Já as operações fora de balanço não integram o balanço e seu registro é mantido em contas de compensação. Com relação ao objetivo das demonstrações contábeis o Pronunciamento Técnico, CPC-26 de 2011 aponta como objetivo das demonstrações contábeis, proporcionar informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade. De acordo com as leis 11.638/07 e 11.941/09, as demonstrações contábeis são segmentadas em: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações Patrimoniais (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A demonstração contábil a ser analisada neste trabalho é o Balanço Patrimonial (BP), que conforme Gitman (2004, p. 38), apresenta uma descrição sintética da posição da empresa em certa data.

Segundo o Pronunciamento Técnico – CPC 00, os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. O ativo segundo este Pronunciamento pode ser definido como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. O passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Já o patrimônio líquido é definido como o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Apesar de não fazerem parte das demonstrações contábeis, mas com exigência de apresentação, os comumente chamados Relatórios da Administração evidenciam os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros, dentre outros (MATARAZZO, 2007, p. 41). Neste trabalho foram analisados estes relatórios, especificamente os fatores de risco junto às contingências. As operações fora do balanço também denominadas *off balance* são explicitadas a seguir.

2.3 Operações Fora do Balanço (*Off Balance*)

A transparência das informações contábeis sempre foi um tema recorrente em relação a sua importância nos controles financeiros. Para investidores e demais tomadores destas informações, a validação, são tão importantes quanto às representações quantitativas que as mesmas apresentam (BAUMAN, 2003). Muitas vezes a visibilidade dos riscos financeiros intrínsecos e muitas vezes “ocultos” nas demonstrações financeiras se restringe em comentários difusos nas Notas Explicativas (BAUMAN, 2003). Contabilmente, as operações fora de balanço caracterizam-se por terem sua existência condicionada à ocorrência de determinado evento futuro previamente definido (ANTUNES; MORENO, 2006). Com efeito, as operações fora de balanço mantêm-se em tal estado até que se verifiquem as condições que as converterão em fatos contábeis, na qual deixam as contas de compensação ou extrapatrimonial e passam a ser registradas em contas patrimoniais, transformando-as em operações no balanço (ANTUNES; MORENO, 2006).

Lima e Lopes (1998) observam que a evidenciação das operações financeiras está intimamente ligada ao desenvolvimento do arcabouço contábil e como ainda à época não havia uma definição clara por parte dos principais normatizadores da contabilidade, tal evidenciação ainda se apresentava bastante prejudicada.

As mudanças evidenciaram a busca da essência sobre a forma nos processos contábeis, concedendo maior poder de julgamento aos contadores, pois fatores até então não evidenciados no patrimônio, como a mensuração de risco, passaram a ser discutidos (SANTANA, 2013). Ainda segundo este autor qualquer classificação errônea dentro dos novos normativos internacionais nas demonstrações financeiras, pode não refletir a realidade da entidade e fornecer informações distorcidas para a tomada de decisão.

No Brasil, a alta carga tributária, a busca por investidores externos, o anseio por um escalonamento mais competitivo no *rating* nacional, é segundo Santana (2013) o principal motivo, pelo qual empresas menos ranqueadas utilizam as operações *off balance*. No entanto, no *rating* estrangeiro esse fator não está diretamente relacionado. Esta visão é enfatizada por Martinez, Costa e Passamani (2011) os quais afirmam que o incentivo do gestor é maximizar o lucro contábil da companhia e reduzir o lucro tributável, dando espaço para a promoção de tal prática. A seguir, diante do exposto que operações fora do balanço podem afetar a situação financeira das empresas (BAUMAN, 2003), apresenta-se o caso dos passivos contingentes.

2.3.1 O caso dos Passivos Contingentes

A definição que a norma traz para Passivo Contingente diz respeito a uma obrigação possível resultante de eventos já ocorridos, e de existência incerta, estando ligado a um evento que ainda não ocorreu e que não está sob o controle da companhia (CPC-25, 2009).

De acordo com Kieso, Weygand e Warfield (2012) a contingência é uma situação que envolve incerteza quanto ao possível ganho contingente ou perda contingente, que acabará por ser resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. A obrigatoriedade do registro de um passivo, que não tem uma data fixada de pagamento ou até mesmo não conta com a mensuração exata de seus valores, iniciou em 2005 com a Deliberação nº 489 da CVM para as companhias abertas, e em 2008 com a Resolução 3.535/08 para as instituições financeiras. Salienta-se que o Pronunciamento Técnico CPC 25, ato normativo que regula a matéria, surgiu a partir da convergência das normas internacionais, tendo em vista excetuar a essência sobre a forma (VARELA; BENETTI; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Varela *et.al.* (2012) o objetivo do Pronunciamento Técnico CPC-25 de 2009 é assegurar que sejam observados os critérios de reconhecimento e, quando possível, os critérios de mensuração utilizados de forma apropriada. Além disso, visa exigir o mínimo de informações em notas explicativas para permitir aos usuários compreender a natureza, tempestividade e quantia. A primeira revisão realizada, diz respeito ao uso do termo “Provisão”.

Anteriormente utilizada para as contas retificadoras do ativo, como por exemplo, provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, a qual passou a ser chamada de Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD). Segundo Iudicibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010) “essa alteração visa reduzir o emprego inadequado do termo provisão só para as obrigações e para estar em consonância com o IASB e com o conceito de redução ao valor recuperável”.

Outro ponto relevante são as “provisões derivadas de apropriação por competência”, onde não há mais grau de incerteza, são passivos verdadeiros, antes, chamados, de “Provisão para 13º salário” e “Provisão para férias”, hoje nomeadas “Décimo terceiro a pagar” e “Férias a pagar”, respectivamente.

No entanto, um dos principais pontos do CPC-25 reside na diferenciação entre “Provisões” e “Passivos Contingentes”. O primeiro, contabilizado no balanço e o segundo não contabilizado (*off balance*), ambos se tornaram ferramentas de gerenciamento de informações financeiras, uma vez que a função do analista financeiro é evidenciar os bens e direitos em detrimento da retração de obrigações sendo que este fato decorre do elevado grau de subjetividade na escolha da alocação entre provisão ou contingência (VARELA *et.al.*, 2012).

2.3.2 O Caso da Provisão

De acordo com o CPC-25 (2009) a provisão se refere a “um passivo de prazo ou de valores incertos”. Já o passivo é definido como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capaz de gerar benefícios econômicos”. A provisão se distingue de um passivo porque naquela há incerteza sobre o prazo ou sobre o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Ainda segundo o CPC-25 (2009) três condições básicas devem ser verificadas para a caracterização de uma Provisão: a entidade que tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; que seja provável a necessidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Segundo Iudicibus *et. al.* (2010), a obrigação presente caracteriza-se por evidência disponível de que é mais provável de existir a obrigação do que não existir. Na maioria dos casos essas evidências são claras, mas quando as evidências não forem tão claras, pode-se recorrer, como no caso de processos judiciais, a opinião de peritos.

Alguns exemplos de provisões segundo Iudicibus *et. al.* (2010): Provisão para garantias de produtos, mercadorias ou serviços; Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; Provisão para reestruturação; Provisão para danos ambientais causados pela entidade; Provisão para compensações ou penalidades por quebra de contratos (contratos onerosos); Obrigação por retirada de serviço de ativos de longo prazo (*Asset Retirement Obligation* – ARO); Provisão para benefícios a empregados (CPC-33 – Benefícios a Empregados); Provisão para contratos de construção (CPC-17 – Contratos de Construção).

Os exemplos relacionados aos passivos contingentes são os mesmos, e o que os diferencia é o reconhecimento quanto aos termos probabilísticos aplicados a cada um deles, o que infere na contabilização do balanço ou não, como já mencionado. Casos que envolvam tributos podem originar uma contingência tributária, por exemplo, após a introdução de um novo tributo ou alteração de alíquotas, em que ocorrem situações dúbias nos textos da lei, gerando uma lacuna para erros e abrindo espaço para processos judiciais para sua reparação (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Salienta-se que o mesmo acontece com as contingências trabalhistas, aquelas que envolvem reclames judiciais, as quais solicitam indenizações a funcionários ou ex-funcionários da entidade. Outras contingências que têm sido bastante discutidas atualmente são as ambientais, uma vez que os danos causados são passíveis de multas e ações judiciais para reparar o estrago causado, sendo estas derivadas principalmente de falhas operacionais (RIBEIRO, 2005).

No contexto brasileiro, aponta-se o estudo das contingências nas cem maiores empresas brasileiras de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011), no qual verificaram que os tipos de contingências, mais divulgadas pelas empresas, foram às relativas a processos judiciais Fiscais (Tributários), Trabalhistas (Previdenciários), Ambientais e Cíveis, e em nenhuma das empresas analisadas foram divulgadas contingências relativas às Garantias, Contratos Onerosos, Reembolsos e Reestruturação.

2.4 Termos Contábeis acerca do tema

O pronunciamento Conceitual Básico CPC-00 (2011) define o conceito de probabilidade que deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros, referentes ao item, venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade. Esta conceituação prende-se ao uso, em tal matéria, dos termos de incerteza como provável, possível e remota, para caracterizar a ocorrência de fatos futuros originários no passado, como exposto acima para os casos de provisão e passivos contingentes.

De acordo com o CPC-00 (2011) o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando: for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. E na própria definição, já citada, onde o passivo contingente configura-se por uma saída de recursos possível, mas não provável o que restringe a Nota Explicativa. Todavia, caso a saída de recursos seja remota, a divulgação não é necessária. Desta forma, a norma orienta a constante reavaliação, e faz aconselhamento da utilização das premissas, as quais estão expostas no Quadro 2.

Ressalta-se, que casos com uma saída de recursos de remota, tornando-se inesperadamente provável, podem mudar repentinamente a visibilidade de uma empresa por parte dos *stakeholders*, principalmente por parte dos investidores (VARELA *et.al.*, 2012).

Quadro 2: Discriminação quanto à expectativa da saída de recursos

Expressão Probabilística	Fato Financeiro
“Provável”	Uma Provisão
“Possível”	Um Passivo Contingente Divulgado em Nota Explicativa
“Remota”	Um Passivo Contingente Não Divulgado

Fonte: Autores da pesquisa (2015)

Em decorrência da classificação do Quadro 1, Iudicibus *et. al.* (2010) com base na mesma norma orienta de forma resumida o tratamento contábil a ser realizado conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3: Forma de tratamento contábil das obrigações

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação presente Provável	- Mensurável por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgado em Notas Explicativas
	-Não mensurável por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em Notas Explicativas
Possível (mais provável que não tenha saída de recursos do que sim)		Divulgação em Notas Explicativas, mas não reconhece
Remota		Não divulga em Notas Explicativas e não reconhece

Fonte: Iudicibus *et.al* (2010) - Manual de Contabilidade Societária

3. MÉTODO DE ESTUDO

Este estudo trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, uma vez que “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles” (ANDRADE, 1997). Com relação ao procedimento sistemático para a descrição do fenômeno pesquisado percebe-se seu caráter quantitativo caracterizado por Richardson et al. (1985) pela quantificação na coleta e no tratamento das informações, lançando mão basicamente de técnicas estatísticas. Sumariamente, esta é uma pesquisa descritiva e eminentemente quantitativa. Para a seleção da amostra considerou-se que as empresas deveriam ser registradas como sociedade anônima de capital aberto, possuir ações negociadas na B3, não pertencer ao sistema financeiro, em função de suas regulamentações e peculiaridades específicas e pertencerem a um dos níveis de Governança Corporativa, N1, N2 ou Novo Mercado. Desta forma a amostra contou com um total de 145(19,36%) de uma população considerada de 749 empresas. Com relação à coleta de dados, trata-se de uma fonte secundária, em função dos dados ser coletados a partir das Notas Explicativas que constam nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) especificamente nos Balanços Patrimoniais Consolidados e nos Formulários de Referência (FR) das empresas, sendo ambos extraídos a partir da página eletrônica da B3, no período de agosto a novembro de 2015. O método de estudo seguiu o desenvolvido por Rosa (2014), e delimitou-se a analisar as empresas a partir da construção de cenários. Não houve ainda, alteração de outras variáveis quando da reclassificação das contingências, como é o caso do imposto de renda e das contribuições sociais calculadas sobre a provisão para perdas de processos judiciais e administrativos.

As empresas que não divulgaram informações a respeito de provisões ou passivos contingentes foram consideradas empresas que não possuem provisões ou contingências passivas. Ainda, não competiu a esse trabalho analisar se as empresas reconheceram os requisitos obrigatórios que caracterizam a evidenciação ou não de provisões conforme regramentos do CPC 25.

Com relação as técnicas de análise utilizadas, inicialmente realizou-se a estatística descritiva, segmentando a distribuição da amostra segundo os setores da B3, posteriormente foi analisada a distribuição da amostra segundo os níveis de governança corporativa da bolsa brasileira. Na seqüência realizou-se a construção de 5 cenários: (a) Otimista, (b) Parcialmente Otimista, (c) Moderado, (d) Parcialmente Moderado, (e) Pessimista, sendo que cada intervalo contém 20% dos valores (1/5) para a reclassificação utilizou-se o extremo superior de cada intervalo. O Quadro 4 apresenta a segmentação dos cenários.

Quadro 4: Segmentação dos cenários com seus respectivos intervalos

Segmentação dos Cenários	Intervalo	Extremo Superior (Frequência acumulada)
Cenário Otimista	0% a 20%	20%
Cenário Parcialmente Otimista	21% a 40%	40%
Cenário Moderado	41% a 60%	60%
Cenário Parcialmente Moderado	61% a 80%	80%
Cenário Pessimista	81% a 100%	100%

Fonte: Adaptado de Rosa (2014).

Assim, a partir da segmentação apresentada acima foram feitas as análises para cada um dos cenários, a reclassificação das contingências deu-se da seguinte forma: para cada um dos cenários foi retirado o respectivo percentual (extremo superior) da Contingência Possível (divulgação extra-patrimonial) e somado a Contingência Provável, acarretando o respectivo aumento no Passivo Contingente. E, para identificar se as alterações causadas pela reclassificação das Contingências foram representativas, foi utilizado o teste *T* de *student*, que segundo Hair, BLACK, BABIN, ANDERSON, TATHAM, (2009) avaliam a diferença de médias estando baseado na aceitação ou rejeição de hipóteses.

Por fim, faz-se uma reflexão acerca das reclassificações para cada um dos cenários pela exposição dos percentuais referentes ao patrimônio líquido (PL) e Lucro após tal reconfiguração.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos, inicialmente configura-se a estatística descritiva pertinente à amostra, tendo em vista a composição de seu perfil. A Tabela 1 exibe a distribuição da amostra segundo a classificação setorial adotada pela Bolsa em tela.

Tabela 1: Quantidade e porcentagem, segundo a classificação setorial da B3- out/2015

Setor B3	Quantidade Empresas	%
Bens Industriais	16	11,03
Construção e Transporte	32	22,07
Consumo Cíclico	25	17,24

Consumo não Cíclico	25	17,24
Materiais Básicos	16	11,03
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	2,07
Tecnologia da Informação	5	3,45
Telecomunicações	2	1,38
Utilidade Pública	21	14,48
Totais	145	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Com relação à classificação setorial das empresas pertencentes a amostra, percebe-se o setor de “Construção e Transporte” como o mais expressivo, com um total de 22,07 % do total e como o de menor expressividade o setor de “Telecomunicações” (1,38 %). Destaca-se que a classificação setorial da B3 segmenta-se em 10 setores, no entanto, o setor denominado “Outros” não acusou nenhuma empresa para esta amostra. A Tabela 2 apresenta a porcentagem de participação da amostra conforme a distribuição segundo os níveis de Governança Corporativa, designados pela B3.

Tabela 2 - Quantidade e porcentagem, segundo os Níveis de Governança da B3- out/2015

Nível de Governança Corporativa	Quantidade Empresas	%
N1	21	15
N2	14	10
NM	110	76
Totais	145	100

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Da Tabela 2 verifica-se que a grande maioria das empresas está no nível de Governança Corporativa Novo Mercado (NM) perfazendo um total de 76%. Diante disso constata-se que por ser o nível de maiores exigência reflete um perfil de amostra altamente vinculada aos preceitos e ditames da Governança Corporativa. A Tabela 3 apresenta a discriminação dos Passivos Contingentes Prováveis no ano de 2014 para os elementos da amostra (valores em milhares de reais).

Tabela 3: Características dos passivos contingentes prováveis, 2014 - valores em milhares de reais

Setor	Tributário	Trabalista	Civil	Ambiental	Outros	Não Classif.	Total	Média
Bens Industriais	622.016,0	794.395,0	373.961,0	19.273,0	716.395,0	239.358,0	2.765.398,0	172.837,4

Const. E									
Transporte	281.805,0	801.942,0	774.538,0	1.344,0	3.010.529,0	319.994,0	5.190.152,0	162.192,3	
Consumo Cíclico	790.925,0	1.044.258,0	449.144,0	-	91.114,0	-	2.375.441,0	95.017,6	
Consumo não Cíclico	1.904.258,7	2.599.692,9	459.246,4	139.665,0	610.494,0	766.309,0	6.479.666,0	259.186,6	
Materiais Básicos	1.599.343,0	1.898.775,0	6.670.460,0	215.894,0	51.488.173,0	594.224,0	62.466.869,0	3.904.179,3	
Petróleo, Gás e Biocomb. Tec. da	19.650,0	-	-	-	832.660,0	-	852.310,0	284.103,3	
Informação e Telecomunicações	41.577,0	36.352,0	14.694,0	-	81.747,0	87.200,0	261.570,0	52.314,0	
Utilidade Pública	727.466,0	1.218.616,0	3.547.426,0	286.275,0	521.949,0	-	6.301.732,0	3.150.866,0	
Totais	1.394.304,0	6.543.211,0	10.789.027,0	1.196.437,0	3.140.553,0	738.376,0	23.801.908,0	1.133.424,2	
	7.381.344,7	14.937.241,9	23.078.496,4	1.858.888,0	60.493.614,0	2.745.461,0	110.495.046,0		

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Da Tabela 3 observa-se que os Passivos Contingentes totais no ano de 2014 com parecer Provável, identificados nos Balanços Patrimoniais consolidados finais referentes ao ano de 2014, somaram 110.495 milhões de Reais o que representa 16,11% do Patrimônio Líquido das Empresas e considerando o Resultado Líquido (Lucro/Prejuízo) representam 227,05% deste valor. O que demonstra a relevância de tais contingências para as empresas.

Diante da análise via classificação setorial da B3 verifica-se que as Contingências, são em sua maioria classificadas como “Outros” em seus balanços, e em uma verificação *in loco* observa-se que a maior relevância está nos processos civis das empresas pertencentes à amostra. Vale ressaltar que a classificação como “Outros” nos demonstrativos referem em sua maioria as contingências para reestruturação, contratos de construção, provisão para compensação ou penalidades por quebra de contrato e outros com classificação subjetiva a cada ramo de atividade (CPC-25, 2011).

Insta ressaltar, uma discordância entre o setor de maior expressividade de empresas e o setor com o maior número de contingências apresentadas. De fato, o setor com o maior número de empresas, “Construção e Transporte”, apresenta somente 4,70% do total das contingências, e as empresas do setor de Materiais Básicos que representam 11 % do total das empresas da amostra, são responsáveis por mais de 56% das contingências assinaladas no período considerado, o que demonstra uma concentração de contingências neste setor. Outro ponto interessante está relacionado às Contingências Judiciais, que em sua maioria encontra-se em processos Cíveis com as empresas do Setor de Utilidade Pública, especificamente com as empresas do setor energético brasileiro.

4.1 Reclassificação das Contingências Possíveis em Prováveis

Considerando o objetivo de reclassificar as contingências possíveis em prováveis foram construídos 5 cenários seguindo a classificação definida por Rosa (2014), quais sejam: (a) Otimista, (b) Parcialmente Otimista, (c) Moderado, (d) Parcialmente Moderado, (e) Pessimista, permanecendo cada um dos cenários com uma frequência acumulada pertinente a uma divisão de 1/5 (20%) conforme indicado na seção do método. Na seqüência, foram feitas as análises para cada um dos cenários, sendo as contingências reclassificadas, e sendo utilizando o extremo superior de cada intervalo para a reclassificação.

Basicamente, a reclassificação se deu de forma direta, por exemplo, no Cenário Otimista, do Quadro 4, foi retirado 20% da Contingência Possível (divulgação extra patrimonial) e somado a Contingência Provável, o que aumentou 20% do Passivo Contingente. Donde se observou um incremento no passivo das empresas conforme o cenário se tornava crescentemente pessimista. Isso evidencia que a classificação por ser subjetiva ao contador, pode ter várias formas de visualização das contingências e de interpretação da situação financeira da empresa.

Para identificar as alterações causadas pela reclassificação das contingências utilizou-se o teste *T* de *student*, considerando um nível de significância de 5%, conforme indicado na seção de método. A Tabela 4 apresenta os resultados do teste *T* de *student* para um nível de significância de 5%.

Tabela 4: Teste *t* de possível para provável nos respectivos cenários

Reclassificação de Possível para Provável	Teste de Significância			
	Médias	Valor Teste t	P (Sig)	<i>H</i> ₁
Cenário Otimista	-216.203,47	-3,81	0,000	Aceitar
Cenário Parcialmente Otimista	-432.406,94	-3,81	0,000	Aceitar
Cenário Moderado	-648.610,41	-3,81	0,000	Aceitar
Cenário Parcialmente Moderado	-864.813,88	-3,81	0,000	Aceitar
Cenário Pessimista	-1.081.017,35	-3,81	0,000	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A partir da Tabela 4 observa-se que em todos os cenários obteve-se $p(p\ valor)=0,000$, ou seja aceitou-se a *H*₁, significando que foram representativas as alterações o que pode representar alteração no resultado das empresas. A Tabela 5 apresenta os reflexos da reclassificação no patrimônio líquido (PL) e no Lucro para cada cenário considerado.

Tabela 5: Reflexo da reclassificação de possíveis para prováveis, no patrimônio líquido (PL) e no lucro

Cenário	Provável Total Após Reclassificação	% do PL	% do Lucro
Cenário Otimista	141.844.549,20	20,68	291,47
Cenário Parcialmente Otimista	173.194.052,40	25,25	355,88
Cenário Moderado	204.543.555,60	29,82	420,30
Cenário Parcialmente Moderado	235.893.058,80	34,40	484,72
Cenário Pessimista	267.242.562,00	38,97	549,14

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ademais, o resultado após as reclassificações de Possíveis para Prováveis, evidencia o prejuízo financeiro, para as empresas, pelo incremento de passivos contingencias no balanço patrimonial em cada cenário conforme se observa pela exposição dos percentuais referentes ao Patrimônio Líquido (PL) e Lucro.

4.2 Reclassificações das Contingências Remotas em Prováveis

Para cômputo das Contingências Remotas para cada uma das empresas da amostra, foram analisados os Formulários de Referência, especificamente no relatório de Fatores de Risco, 33,79% das empresas (49 empresas da amostra) não divulgaram em 2014 as contingências remotas, permanecendo para estas os valores das reclassificações inalterados.

Justifica-se a utilização dos Formulários de Referência, uma vez que a legislação vigente não obriga a divulgação de tais valores no Balanço Patrimonial ou em Notas Explicativas. Com relação a esta reclassificação seguiu-se o mesmo procedimento anterior, no entanto reclassificou-se de remota para provável e na seqüência de provável para possível conforme definido por Rosa (2014). Para análise conjunto do procedimento procedeu-se da multiplicação dos cálculos percentuais, conforme exposto na Tabela 6. A partir da qual a reclassificação se deu de forma direta, por exemplo, no Cenário Otimista, da Tabela 6, foi retirado 4% da Contingência Remota (divulgação extra-patrimonial, não obrigatória pela norma) e somado a Contingência Provável, o que aumentou 4% do Passivo Contingente.

Tabela 6: Reclassificação de remoto para provável nos cenários

Reclassificação de Cenários	Remoto para Possível	Possível para Provável	Remoto para Provável
Cenário Otimista	0% a 20%	0% a 20%	20% de 20% = 4%
Cenário Parcialmente Otimista	21% a 40%	21% a 40%	40% de 40% = 16%
Cenário Moderado	41% a 60%	41% a 60%	60% de 60% = 36%
Cenário Parcialmente Moderado	61% a 80%	61% a 80%	80% de 80% = 64%
Cenário Pessimista	81% a 100%	81% a 100%	100% de 100% = 100%

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Da tabela 6 nota-se um incremento no passivo das empresas conforme o cenário se torna crescentemente pessimista. Isso evidencia que a classificação por ser de teor subjetivo pode oportunizar várias formas de interpretação da atividade financeira da empresa. Da mesma forma que anteriormente para identificar se as alterações causadas pela reclassificação das contingências foram representativas, foi utilizado o teste *T* de *student*, com um nível de significância de 0,05. A Tabela 7 apresenta, com um nível de significância de 5 %, os resultados do *Teste T* para o procedimento adotado.

Tabela 7: Resultados do teste *t* da reconfiguração de possível para provável para cada um dos cenários

Cenários	Médias	Valor Teste t	sig	Aceitar / Rejeitar H ₁
Cenário Otimista	-16.850,99	-4,082	0,000	Aceitar
Cenário Parcialmente Otimista	-67.403,99	-4,082	0,000	Aceitar
Cenário Moderado	-151.658,98	-4,082	0,000	Aceitar
Cenário Parcialmente Moderado	-269.615,97	-4,082	0,000	Aceitar
Cenário Pessimista	-421.274,96	-4,082	0,000	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Conforme Tabela 7 verifica-se que o nível de significância em todos os cenários apresentou um *p* (*p-valor*) =0,000 o que significa que foram representativas as alterações e podem representar alteração no resultado financeiro das empresas. A Tabela 8 apresenta os resultados referentes o reflexo no PL e no Lucro após a reconfiguração das contingências de Remoto para Prováveis.

Tabela 8: Reflexo percentual no PL e Lucro da reclassificação de remoto para prováveis

Cenário	Provável Total Após Reclassificação	% do PL	% do Lucro
Cenário Otimista	112.938.440,76	16,47%	232,07%
Cenário Parcialmente Otimista	120.268.625,04	17,54%	247,13%
Cenário Moderado	132.485.598,84	19,32%	272,24%
Cenário Parcialmente Moderado	149.589.362,16	21,81%	307,38%
Cenário Pessimista	171.579.915,00	25,02%	352,57%

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Diante do exposto na Tabela 8 observa-se que após as reclassificações de Remoto para Prováveis, ficou evidente o prejuízo financeiro para as companhias pelo incremento de passivos contingenciais no balanço patrimonial em cada cenário descrito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar as operações *off-balance*, com ênfase nas operações com as contingências passivas das empresas listadas nos níveis de Governança Corporativa da B3. Este estudo enfatiza a importância de julgamento do Contador ao tratar de forma subjetiva a classificação das contingências como provável, possível e remota e o reflexo nos demonstrativos financeiros das empresas, principalmente quando se busca o gerenciamento das informações financeiras em voga nas decisões de governança corporativa. Foram selecionadas 145 empresas da B3 listadas nos níveis de Governança Corporativa como amostra do estudo, a partir da qual se criou 5 cenários com objetivo de refletirem prováveis situações, caso houvesse o incremento de Passivos Contingentes classificados como Prováveis. O estudo se restringiu a calcular o reflexo direto disto após cada reconfiguração.

Conclui-se que tanto nas reclassificações das Contingências Possíveis para Prováveis, quanto nas reclassificações de Remotas para Prováveis foram representativas as alterações e pode gerar alteração no resultado das empresas, permeando desta forma um desencontro junto aos ditames da Governança Corporativa, na qual as empresas pesquisadas inserem-se.

Sugere-se para as próximas pesquisas o cálculo do retorno financeiro em cada um dos cenários reclassificados e ainda quais fatores subjetivos mais influenciam o contador a classificar as contingências como prováveis à ocorrência, principalmente nas contingências ambientais onde a mensuração de riscos é extremamente dificultosa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BAPTISTA, E. M. B. Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela lei nº 11.638. RAE - **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 49, n. 2, p. 234-239, abr./jun. 2009.

BAUMAN, M. P. **The Impact and Valuation of Off-Balance-Sheet Activities Concealed by Equity Method Accounting**. Accounting Horizons. v. 17, n. 4, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 25:**

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (CPC 25), 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 10 de maio. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro.** 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 10 de maio. 2015.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. 4.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC, 2009.

CREPALDI, S. A. **Curso Básico de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HAIR, F. Joseph; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise Multivariada de Dados.** Tradução Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed., Porto Alegre, Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate Accounting.** 4th ed. John Wiley & Sons, Inc., 2012.

LIMA, Iran Siqueira; LOPES, Alexsandro Broedel. **Disclosure de Operações com Derivativos: Panorama Internacional.** São Paulo, Caderno de Estudos FIPECAFI, 1998.

MARTINEZ, A. L.; FARIA, M. P. Emissão de debêntures e earnings management no Brasil. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 2, p.57-71, 2007.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem básica e gerencial.6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, L. C. **Manual de contabilidade básica:** uma introdução à prática contábil. São Paulo: Atlas, 2004.

POETA, Fabiana Zandonai; VON KNOBLAUCH, Sizable Cocco Alves; BORBA, José Alonso. Um Estudo Acerca da Evidenciação das Contingências nas Maiores Empresas de Capital Aberto do Brasil de Acordo com o IAS 37. **XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria.** Cidade do Porto/Portugal, maio 2011.

PROCIANOY, J. L.; VERDI, R.S. **Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 – Determinantes e Consequências.** Revista Brasileira de Finanças 2009 Vol. 7, No. 1, pp. 107–136, ISSN 1679-0731. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbfin/article/viewFile/1429/799>. Acesso em: 13 maio de 2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSA, Carolina Aguiar. Panorama e Reconfiguração das Contingências Passivas no Brasil. 2014, 112f. **Dissertação (Mestrado em Contabilidade)**, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTANA, B. R. dos S. Operações *off-balance sheet* e instrumentos híbridos: utilização pelas empresas que compõe o IBrX-100 e sua relação com o *rating* e a internacionalização das empresas brasileiras. **Dissertação (MPFE)** - Escola de Economia de São Paulo, 2013.

SILVEIRA, A. M; BARROS, L. A B. C. Determinantes da qualidade da governança corporativa das companhias abertas brasileiras. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n.3, 2008.

VARELA, P. S.; BENETTI, J. E.; OLIVEIRA, A. F.. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na . In: Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – AnpCONT, 2012, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2012.

VON KNOBLAUCH, Sizabelle C. A.; BORBA, José Alonso. Um Estudo Acerca da Evidenciação das Contingências nas Maiores Empresas de Capital Aberto do Brasil de Acordo com o IAS 37. In: XIII Congresso de Contabilidade de Auditoria. **Anais...**, Porto – Portugal, 2011.